



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

ALCOOLISMO NAS REVISTAS DE EDUCAÇÃO (CAETITÉ – BA 1927 E 1931)

Isamara Mendes da Silva*
(UESB)

Andressa Mendes da Silva Dias**
(UESB)

Claudinei Camargo Sant'Ana***
(UESB)

Luci Mara Bertoni****
(UESB)

RESUMO

O artigo apresenta as políticas públicas voltadas para o consumo do álcool, com enfoque na Liga Brasileira de Higiene Mental. Como uma proposta de pesquisa documental, nosso objetivo é analisar como é tratado o alcoolismo nas Revistas de Educação de 1927 e 1931. As revistas foram devidamente fotografadas e transcritas para análise descritiva. Em seu conteúdo, relacionado à temática, apresentaram diferenças visíveis no decorrer das narrações, sendo a de 1927 bastante conservadora e a de 1931 mais flexível, ambas são abordadas dentro das políticas de Higiene Mental.

PALAVRAS-CHAVE: História do alcoolismo, Revistas de Educação, Políticas públicas.

*Graduanda em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB e Bolsista de iniciação científica pela FAPESB. E-mail: isamaramendes@hotmail.com

**Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Especialização em gestão e coordenação pedagógica. Atua como coordenadora pedagógica na Secretaria Municipal de Educação de Cândido Sales – BA. E-mail: andressamendes90@gmail.com

***Professor Doutor Adjunto na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Departamento de Ciências Exatas e Tecnologias. E-mail: claudinei@ccsantana.com

****Professora Titular do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas e Professora Colaboradora no Programa de Pós Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB – no campus de Vitória da Conquista. Pedagoga, com Doutorado em Educação Escolar (UNESP). Pós-doutorado na Universidade de Brasília (UnB) e na Universidade de Santiago de Compostela (USC/Espanha). Coordenadora do GePAD (Grupo de estudos e pesquisas sobre Gênero, Políticas, Álcool e Drogas). E-mail: profaluci.mara@hotmail.com



INTRODUÇÃO

Esta pesquisa traça um esboço da história do alcoolismo bem como seus conceitos para melhor entendê-lo. Apresenta as políticas públicas voltadas para o consumo do álcool ao longo dos tempos, enfocando principalmente as décadas de 1920 e 30, em que estão situadas as Revistas de Educação que deram início a esse trabalho de cunho bibliográfico documental. Tratando-se de uma busca de como era abordado o alcoolismo na época, pois acreditamos que, é olhando para o passado que percebemos que muitos de nossos hábitos e costumes vão se modificando (BERTONI, 2006).

Beber é certamente um dos costumes mais antigos na história da humanidade e o álcool é a mais antiga e mais usada droga psicoativa, sendo tolerada na maioria das culturas há milênios. Atualmente, a sociedade ainda, de uma forma geral, é muito permissiva e tolerante quanto ao uso do álcool; que tem a peculiaridade de ser o único agente farmacológico cuja autointoxicação é socialmente aceitável, tanto que é muito simples e barato adquirir bebidas alcoólicas (LAPATE, 2001).

Sabemos que o álcool é uma droga lícita, porém o seu consumo pode gerar alterações psicológicas e comportamentais. O uso/abuso do álcool também pode levar à dependência, que é o alcoolismo propriamente dito. Não é fácil definir o alcoolismo e nem identificar quando o indivíduo se torna dependente do álcool, alcoolista; muitas literaturas (LAPATE, 2001; MASUR, 2004) trazem diferentes conceitos quanto ao tema, mas, é relevante salientar que cada pessoa pode ter uma forma e um motivo distinto para se tornar um alcoolista.

Em se tratando de dependência, abordaremos o alcoolismo como doença de acordo com autores e estudiosos dessa temática. Como Masur (2004) enfatiza um critério muito relevante para poder estabelecer o alcoolismo seria quando há a perda de liberdade sobre o ato de beber, o alcoolista perde essa compreensão de quando deve parar, ele vai continuar bebendo independentemente dos problemas



que pode causar, o álcool passa a adquirir uma grande importância na vida dos indivíduos em detrimento das outras coisas. Assim, o problema de dependência do álcool não se restringe somente a uma dependência física, mas a prevalência do comportamento de beber em detrimento dos outros aspectos da vida, é importante frisar que esse processo também não ocorre de um dia para outro, mas que é sinalizado de diversas formas.

Infelizmente, o alcoolismo como dependência ainda não é aceito em todas as instituições em que se têm diferentes representações desse termo e estigmatiza o alcoolista como criminoso, imoral ou pecador. Esse problema é identificado principalmente no século XX com o surgimento das campanhas antialcoólicas, que descreveremos mais a frente com riqueza de detalhes. (LAPATE, 2001).

Contudo, mesmo sabendo dos riscos potenciais que podem ser causados pelo uso do álcool, não existe cultura que não tenha preparado bebidas alcoólicas a partir de sucos açucarados das frutas para os mais variados fins, pois são inúmeras as plantas e frutos que fermentada formam a bebida (LAPATE, 2001). O álcool assume diferentes significados em díspares ocasiões, sendo assim, iniciaremos com um recorte histórico que nos permita constatar algumas variações que tenham ocorrido no modo de concebê-la.

Diferentes povos em distintas épocas desenvolveram vários tipos de bebidas objetivando a cura ou o alívio para muitas doenças ou o prazer de beber, buscar a liberdade e a felicidade que, muitas vezes, tornavam-se traços culturais que marcavam aquela sociedade. Como por exemplo, as mais antigas civilizações que consumiam bebidas e faziam referências à embriaguez. No Velho Testamento da Bíblia é relatada a embriaguez de Noé; na cultura egípcia em que a bebida, sobretudo o vinho, fazia parte de diversas cerimônias religiosas tendo Osíris como o deus do vinho, assim como nas civilizações gregas e romanas com seus deuses Dionísio e Baco respectivamente (BERTONI, 2007).

O uso de bebidas alcoólicas remonta à pré-história, seu emprego como medicamento aparece em tábuas de escritura na Mesopotâmia em 2.200 a.C. 15%



dos medicamentos dos egípcios incluíam cerveja e vinho, ficando claro que as bebidas já foram usadas para fins medicinais (MACRAE, 2001).

MacRae (2001) ressalva sobre os romanos que apreciavam as bebidas alcoólicas embora seu consumo fosse proibido às mulheres e menores de 30 anos. A ebriedade sóbria, para os romanos, era uma forma de autoconhecimento, podendo levar ao relaxamento com dignidade. Porém, a cristianização do império romano levou à falência a neutralidade e sua ebriedade sóbria, os sacerdotes da nova religião passaram a perseguir qualquer traço que fosse referido as antigas crenças, dentre ela o uso do álcool, incluindo sua vasta farmacopeia. O álcool, neste momento, passou a ser estereotipado e todos os seus fins, sinônimos de heresia. Também no mundo Islâmico, o seu uso foi restringido pela doutrina de Maomé que o definia como comportamento ridículo e da falta de confiabilidade em certas pessoas que se embriagavam.

Na antiguidade, o vinho está presente em quase todas as religiões. Na Idade Média, com todos os estigmas criados em torno do álcool, somente os sacerdotes podiam ingerir bebidas alcoólicas alegavam que qualquer uso de drogas mesmo para fins terapêuticos eram sinônimos de heresia, pois as indulgências como água benta e velas benditas eram mais eficazes. Assim, a perseguição dos inquisidores às “bruxas” na Idade Média foi justificada, pois os medicamentos estavam sendo comercializados em maior escala que os objetos e substâncias vendidos na igreja (BERTONI, 2005).

O álcool volta a ser usado no século XIX, principalmente para fazer frente às mazelas sociais provocadas pela Revolução Industrial. Também com o advento da industrialização, a bebida começou a ser vendida em grande escala, resultando na diminuição de preço para que todas as pessoas pudessem ter acesso, estimulando assim o seu consumo. É a partir deste ponto, da legalização e estímulo ao consumo das bebidas, que os diversos problemas relacionados ao alcoolismo se tornaram maiores e mais evidentes (BERTONI, 2005).



Nessa mesma época, teve-se a adesão às reivindicações do movimento proibicionista que contava com a base parlamentar e médicos com firme posicionamento sobre os malefícios da livre utilização de bebidas alcoólicas. Todas as políticas proibicionistas foram revigoradas no século XX, tiveram caráter estadunidense, uma forma que o governo norte americano encontrou para marcar seu *status* de potência mundial. Em 1914, foi aprovado o *Harrison Act*, que controlava o uso de substâncias psicoativas e, em 1919, foi aprovado o *Volstead Act* a tão conhecida Lei Seca que perdurou entre 1920 a 1932, proibindo por anos a fabricação, venda, transporte, importação e exportação de bebidas alcoólicas. Ocasionalmente o desdobramento de demais ligas antialcoólicas em outros países (MACRAE, 2001).

No Brasil, o projeto Afrânio Peixoto, criado em 1925, proibia a fabricação, venda e consumo de álcool, seguia o modelo da Lei Seca, que inclusive o próprio Afrânio era defensor. Algumas leis chegaram a entrar em vigor, como o artigo 63 da Lei da Contravenção que proibia a venda de bebidas a menores e que até hoje é inexpressiva no país. No artigo 62 da mesma Lei, penaliza o indivíduo embriagado se ele causar escândalo ou colocar em perigo a própria segurança ou a vida de alguém, determinando sua intenção, quando constata embriaguez habitual (MUSUMECCI, 1994).

Mota (2009) afirma que a relação das ligas antialcoólicas criadas no Brasil do século XX, possuíam caráter religioso, filantrópico e oficial, tais como a Liga Paulista de Higiene Mental, Liga Militar Antialcoólica, Liga Antialcoólica Operária, Liga Antialcoólica Infantil, Liga Antialcoólica Católica, entre muitas outras, que passaram a serem adotadas nas muitas formas de educação no país.

Não podemos deixar de notar que todas essas leis supracitadas sobre o uso do álcool, são políticas públicas, decisões de consenso tomadas por governantes na forma de leis, regras ou regulações e, que para entrar em vigor devem ser fundamentadas e evidenciadas, constituindo uma instância em prol do interesse público, no caso as políticas públicas do álcool são consideradas as que dizem



respeito à relação entre álcool, segurança, saúde e bem-estar social (LARANJEIRA; ROMANO, 2004).

Neste contexto, as políticas públicas acerca do álcool foram criadas a partir do que naquele período se tinha conhecimento e se acreditava a respeito do alcoolismo, ou seja, quais eram as causas do alcoolismo e suas consequências para a sociedade como um todo. A partir disso, foi criada a Liga Brasileira de Higiene Mental que deu origem a outras ligas mais específicas sobre o álcool. Explanando a Liga de Higiene Mental de um modo geral, se tratava de doenças ou costumes que eram considerados exagerados, eram vistos como as causas das doenças mentais e que além de ser transmitido de uma geração para outra trazia consigo sérios problemas para o bem-estar social (SEIXAS et al., 2009). De início, a proposta da Liga, em 1923, era de melhorar a assistência aos pacientes com distúrbio mentais, no entanto, a partir de 1926, novos caminhos foram tomados e o objetivo maior nesse momento era alcançar uma sociedade “normal” sem deficientes mentais (SEIXAS et al., 2009). Como o alcoolismo estava inserido como uma das possíveis causas que afetaria a saúde mental, erradicá-lo da sociedade passou a ser a melhor solução, sendo essa erradicação feita através de métodos proibitivos e educacionais.

Retomando o que foi citado por Bertoni (2005), a importância da remontagem de acontecimentos históricos parte do pressuposto de entendermos como nossos hábitos vão ou não sofrendo modificações e, como de forma benéfica ou não, muito do nosso passado continua a se perpetuar nos dias de hoje. É sobre essa perspectiva que delineamos o nosso objetivo de analisar como era tratado o alcoolismo nas Revistas de Educação de 1927 e 1931 levando em consideração o contexto sociopolítico da época.



METODOLOGIA

Em uma visita feita à cidade de Caetité – Ba, no dia trinta de julho de 2013, numa busca por fontes documentais no Museu da cidade, foram encontradas as Revistas de Educação, ao observar do que se tratava encontramos um capítulo intitulado Educação Sanitária e Higiene Mental, este abordava sobre o alcoolismo, o que nos deixou bastante instigados e que gerou a pergunta que deu início à pesquisa deste presente artigo.

“Com a ideia na cabeça e as fontes na mão”, parafraseando Glauber Rocha, principiamos fotografando devidamente cada documento, fazendo usos de luvas e máscaras, tendo cuidados necessários com os documentos, tudo seguiu sob autorização da coordenação do museu.

Todas as fotografias feitas dos documentos foram armazenadas em um computador destinado apenas para análises dessas fotos. Assim, foram analisadas todas as fotos tiradas no dia da visita, fazendo leitura de todas as páginas que se discutia sobre o alcoolismo. Posteriormente, transcrevemos os pontos considerados de maior importância para a pesquisa selecionando-os em citação para discussão, separando cada uma das revistas e cada subtítulo que os capítulos possuíam.

As primeiras análises feitas dizem respeito ao que cada citação pode nos mostrar sobre o alcoolismo nas décadas analisadas nas quais foram publicadas as Revistas. Em seguida, observaremos se há diferenças ou semelhanças entre as Revistas e com o que este fator pode estar relacionado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

I – Revista de Educação, outubro de 1927, Escola Normal de Caetité-Ba.

Educação Sanitária: *“Não temos ainda educação sanitária; o povo mantém costumes absolutos, prejudiciais a saúde”* (REVISTAS DE EDUCAÇÃO, 1927, p.216).



Este parágrafo dá início ao capítulo em que será relatado o alcoolismo, os costumes prejudiciais à saúde em que se fala é o ato de beber, a partir deste ponto começa a ficar claro que o álcool não representava uma coisa boa na época.

Um Inimigo do Gênero Humano: “E’ de um inimigo semelhante que vou falar vos. E’ astuto, sorrateiro, hypocrita. Este inimigo e o álcool. E’ um inimigo novo, com um sinete de todo moderno” (REVISTAS DE EDUCAÇÃO, 1927, p.217).

Apenas com o título do texto, dando ao álcool a descrição de inimigo, podemos perceber a rejeição ao alcoolismo. Neste parágrafo, o autor informa sobre o álcool ser um inimigo novo e moderno, podendo ter ligação ao fato do proibicionismo estar em alta, sendo novo o debate em torno da bebida alcoólica na época em questão.

Guerra ao álcool: “Guerra ao álcool, porque? Porque o álcool é o maior assassino que há. O homem que, mesmo sem se embriagar, absorve uma quantidade diariamente, acaba por se tornar alcoólico” (REVISTAS DE EDUCAÇÃO, 1927, p.218).

Não podemos negar que a dependência e intoxicação do álcool podem trazer prejuízos, tal qual levar a pessoa a óbito. Mas o que nos chamou atenção para esta citação foi a abordagem da dependência, certamente não é somente o beber exacerbado que pode gerar a dependência, como já foi fundamentado acima o alcoolismo pode variar de indivíduo para indivíduo. Masur (2004) explica melhor essa questão quando afirma que muitos acabam definindo o alcoolismo como o beber exagerado e com frequências, porém esse conceito não é totalmente satisfatório. Como afirma a autora, todos os alcoolistas bebem muito, mas o contrário não é necessariamente verdadeiro. Se uma pessoa bebe uma ou duas vezes independente da sua reação, ainda não é considerado um alcoolista. Alguns estudiosos também falam sobre características genéticas no alcoolismo, pois cada indivíduo possui capacidade distinta de metabolização do álcool, ou seja, fatores de vulnerabilidade ao alcoolismo.



A Liga de Higiene Mental – Semana Anti-alcoolica: “Devendo abolir se de logo o uso de qualquer bebida alcoolica nos banquetes oficiaes, nas festas intimas, que o alcool desapareça para sempre dos logares e nas ocasiões em que demonstramos civilização, educação, aperfeiçoamento, pureza” (REVISTAS DE EDUCAÇÃO, 1927, p.219).

A Semana Antialcoólica foi criada com o intuito de divulgar a proibição de bebidas alcoólicas, ela ocorreu em vários estados como a Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco e São Paulo, estava atrelada à Lei Seca, vigente na época. Esta citação também afirma o caráter proibitivo da Lei.

Campanha Contra os Efeitos Nocivos do Alcool:

Não se torna alcoolatra apenas o bebedor de cachaça, o tomador do prego ou da conartada. Também para tal resultado se encaminha o bebedor de copos sobre Figueira ou Collares ao jantar, de cerveja, de Wisky, de Vermoulh nos cafés, restaurantes ou hotéis ou na propria casa. (REVISTAS DE EDUCAÇÃO, 1927, p.220).

Muito interessante essa citação, mostrando que não havia distinção do alcoolismo entre classes sociais. Porém, há que se considerar que, muitas vezes, os alcoolistas que pertencem a classes sociais baixas são estigmatizados como criminosos e imorais. A definição de doente, infelizmente, fica apenas para os mais abastados da nossa sociedade. Essa proibição do uso do álcool para todas as pessoas foi uma característica marcante da Lei Seca que estava em busca de uma sociedade perfeita e “normalizada”. Outro aspecto que vale lembrar novamente é o termo utilizado para tratar o dependente, tem-se acima o uso da palavra “alcoólatra” mesmo ainda empregada por muitas pessoas, essa expressão confere uma identidade e impõe um estigma que anula as outras identidades do sujeito, atribuindo toda a culpa a ele, ou seja, quem “adora” e “idolatra” o álcool.

Alcoolismo e Moral:



[...] o uso como abuso das bebidas distilladas ou fermentadas é sempre prejudicial, por consequenciasterríveis que, si no individuo não destroem immediatamente a inteligencia , trazem de principio o entibramento moral, aos poucos a perda da affectividade, e por ultimo a completa degradação moral. (REVISTAS DE EDUCAÇÃO, 1927, p.226).

Conseguimos identificar o alcoolismo atrelado à moral social, o álcool como agente principal que leva a pessoa a degradação, a se tornar um imoral. É lamentável que, atualmente, a dependência do álcool ainda tenha relação com a moral, pois o alcoolismo se trata de uma dependência que necessita de tratamento e compreensão, são essas “gaiolas morais” em que a sociedade prende o alcoolista atribuindo a ele uma nova identidade social que afasta o indivíduo da vida social e o une cada vez mais a dependência das drogas.

O Alcoolismo e a Mulher:

Talvez seja Ella a maior victima da intervenção alcoólica quer soffrendo as brutalidades e as misérias de paes e maridos alcoolatras, que ainda quando Ella propria é intoxicada por si mesma, por herança ou por contagio e que se vê deste modo, muitas vezes impedida de amamentar o seu próprio filho. (REVISTAS DE EDUCAÇÃO, 1927, p.223).

O texto sobre o alcoolismo e a mulher vem tratando de uma realidade ainda existente que é a violência cometida contra mulheres, neste caso por conta da bebida, é de todo relevante destacar o lado da mulher, também relata sobre a embriaguez da mulher impedir de amamentar o seu filho. Mas é perceptível que a mulher, não era tratada como personagem principal que faz uso de bebidas, demonstrando que a bebida naquela época não era destinada a mulheres, as mesmas assumiam outro papel no que tange os problemas do alcoolismo, vejamos:

E, convensida de tudo isso, Ella passará com o exemplo da sua abstinência a ser um verdadeiro apostolo desta cruzada bemdita. Será a mulher-mãe mostrando ao seu filho os perigos e



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

os inconvenientes das bebidas alcoólicas, educando-o na abstinência. (REVISTAS DE EDUCAÇÃO, 1927, p.223).

II – Revista de Educação, Dezembro de 1931, Escola Normal de Caetité-Ba.

Semana Anti-alcoolica: Discurso transcrito de uma palestra realizada na Associação Bahiana de Educação.

Não sou, entretanto, extremista, a ponto de querer que se elimine o uso de certas bebidas alcoólicas, como vinho e cerveja, não penso que esse uso não trará prejuízos nem a sociedade nem ao indivíduo, lembrando-me além do mais, que o álcool representa, incontestavelmente, uma fonte de renda nacional. O que se faz mister é o controle ao vício e ao abuso que se comete com o álcool. (REVISTAS DE EDUCAÇÃO, 1931, p.86).

Mesmo contra o uso do álcool o palestrante não se opõe a alguns costumes, o que é bastante surpreendente levando em conta uma palestra na Semana Anti-alcoólica, também coloca como problema principal a dependência, talvez com o passar dos anos alguns conceitos muito mais flexíveis foram alcançados. Em seguida continua ressaltando a dependência:

Não nos iludamos, não há diferença sensíveis entre aqueles que consomem a cachaça (aguardente) e aqueles que bebem outras espécies de bebidas alcoólicas; tudo isso está na questão da dose e de concentração em álcool, porque tanto é alcoolista este como aquele. (REVISTAS DE EDUCAÇÃO, 1931, p.87-88).

Mais uma vez não há distinção de classes para discriminar o alcoolista, em se tratando de dependência muito já foi supracitado e entendemos que a questão não estar somente na dose. Contudo o ponto que não poderia ser deixado sem comentários foi o uso adequado do termo alcoolista que faz muita diferença ao se referir à pessoa dependente do álcool.



Para finalizar o discurso o palestrante utiliza uma pergunta:

Quais as campanhas feitas contra o fumo? O café, as comidas em conserva e outras substâncias igualmente tóxicas a nossa economia? A resposta é simplíssima. De toda e qualquer substância de uso diário, ao começarem os seus efeitos tóxicos, o organismo costuma se defender e dá sinal de alerta, ao passo que o álcool é o contrário. (REVISTAS DE EDUCAÇÃO, 1931, p.91-92).

Diante dessa citação segundo o que Lapate (2001) considera como drogas, esta afirmação é errônea, tanto o cigarro como qualquer outra droga em excesso pode causar a dependência não menos rápida do que o álcool. Há uma tentativa de convencimento a favor do proibicionismo, com justificativas equivocadas quanto ao uso de outras que são liberadas, provavelmente a não proibição das outras drogas estão atreladas a outros interesses, políticos e econômicos.

Com base nas análises feitas, inicialmente enfatizamos que as duas Revistas colocam o álcool como o grande culpado de todos os problemas na sociedade. É incontestável o caráter proibicionista que as duas Revistas possuem, o que era esperado pelos anos em que as mesmas foram publicadas, como vimos acima a Lei Seca teve duração entre os anos de 1920 a 1932 anos estes em que esteve inserida as Revistas de Educação. A abordagem da temática do álcool nas Revistas na Escola Normal é justificada pelo fato da escola ser direcionada também a Higiene Mental.

As Revistas apresentam diferenças visíveis ao decorrer das narrações, a Revista I de 1927 é bastante tradicional e condena todo o tipo de relação com o álcool e o liga a questões morais e religiosas; na Revista II de 1931 ao salientar sobre as problemáticas do álcool se mostra muito mais branda e permissiva no que diz respeito ao seu uso e descreve apenas prejuízos físicos e biológicos que o consumo de bebidas alcoólicas com

frequência podem ocasionar.

Podemos pressupor que a variação no tratamento do alcoolismo de uma revista para outra pode ter relação com as décadas em que cada uma foi publicada,



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

a Revista II se encontra em meados do fim da vigência da Lei Seca, as ideias foram se modificando ao longo da duração da Lei o que de certa forma levou ao seu fim.

CONCLUSÃO

As Revistas de Educação exerceram uma imensa importância na época, medidas como essa são necessárias para prevenção, não se trata é claro de preconizar utópicas políticas de tolerância zero como havia nas revistas, vimos que todas essas políticas proibicionistas não surtiram efeitos desejáveis. No entanto, a educação formal e a não-formal possuem papéis fundamentais na prevenção às drogas.

A educação não deve oferecer somente a proibição, como foi o caso das Revistas de Educação, sabemos que muitos dos debates e discursos com repetição de ideias falseadas e autoritárias prevalece. Devemos estar a par do contexto histórico cultural que a bebida alcoólica se encontra inserida e no mesmo alcance sobre os riscos que o seu consumo pode suscitar e não esquecendo os motivos da nossa sociedade capitalista manter o álcool como uma droga lícita.

Necessitamos de políticas públicas voltadas à educação para a saúde e que metas nacionais possam ser traçadas na redução ao uso/abuso do álcool.

REFERÊNCIAS

- BERTONI, L. M. Reflexões sobre a História do Alcoolismo. **Revista HISPECI & LEMA**. vol. 9. Faculdades Integradas-Fafibe. Bebedouro, São Paulo, 2006.
- _____. **“SE BEBER NÃO DIRIJA”**: representações sociais de universitários sobre as propagandas televisivas de cerveja. 2007. 108f. Tese de Doutorado. Programa de



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

Pós-Graduação em Educação Escolar, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007.

CAMBI, F. **História da Pedagogia**. Trad. Álvaro Lorenci – São Paulo: Edunesp; 1999.

LARANJEIRA, R; ROMANO, M. Consenso brasileiro sobre políticas públicas do álcool. Unidade de pesquisa em álcool e drogas (UNIAD) – Departamento de pesquisa-UNIFESP, 2004.

LAPATE, V. **Hora Zero**: a independência das drogas – antes que os problemas cheguem. São Paulo: Scortecci, 2001.

MASUR, J. **O que é alcoolismo**. 1ª reimpr. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MACRAE, E. Antropologia: Aspectos Sociais, Culturais e Ritualísticos. In: _____. **Dependência das Drogas**. São Paulo: Atheneu, 200. p. 25-34.

MUSUMECI, B. **O consumo de álcool no país**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SEIXAS, A.A.A; MOTA, A; ZILBREMAN, M.L. A origem da Liga Brasileira de Higiene Mental e seu contexto histórico. **Revista de Psiquiatria RS**, 2009; 31 (1): 82.